

Dois lados

• Há na economia brasileira razões para alimentar o pessimismo e outras para acalentar alguma esperança. Os juros não caíram, mas têm viés de baixa. O saldo comercial subiu, mas as linhas de crédito encolheram. A agroindústria cresceu 8% no primeiro semestre, mas as previsões de crescimento do PIB minguaram. Produtos exportados subiram, mas o petróleo também subiu.

A renda caiu em todos os meses de 2002, quando comparada com o mesmo mês do ano passado. Aliás, a renda do brasileiro tem caído, desde a desvalorização de 99, em todos os anos. O desemprego subiu em 12 meses. A taxa de 7,5% de desemprego medida pelo IBGE em julho é 1,3 ponto percentual acima da de julho do ano passado. Mas existem sempre mais informações nas estatísticas de desemprego do que se pode imaginar. Por exemplo: o número de vagas cresceu. O número de pessoas trabalhando é 2,4% maior do que em julho do ano passado — ou 408 mil pessoas a mais com emprego. A taxa de desemprego se mede calculando o número de pessoas procurando emprego, por isso, podem acontecer as duas coisas juntas: aumentar o número de pessoas trabalhando, mas não cair o índice de desemprego.

A produção industrial está fraca, o ritmo de consumo frio, mas a produção industrial cresceu no último mês pesquisado, junho, em 0,8%. A análise desagregada mostra setores que estão puxando a economia, como a agricultura e a produção de petróleo. É por causa deste último setor que, em junho, a produção industrial do Rio de Janeiro cresceu 11%.

A dívida pública (interna e externa) cresceu de novo, chegando a um nível, em maio, de 58% do PIB. Mas parte deste aumento se deve ao câmbio, e pode ser revertida. Só que antes de melhorar vai piorar. O cálculo feito por Julio Callegari, da Tendências, mostra que, com a desvalorização de 20% em julho, a taxa pode chegar a 62% do PIB. Dependendo da taxa de câmbio prevista para o fim do ano, a dívida terá uma queda. Tudo vai depender da capacidade que tenha o eleito em restaurar a confiança do mercado. "Se ele for bem-sucedido em afirmar seu com-

promisso com a estabilidade macroeconômica, afastar os rumores da reestruturação forçada da dívida, isto permite a retomada do influxo (entrada) de capitais e a valorização do real, que poderia chegar a R\$ 2,5". Isto levaria a dívida a 56% do PIB.

Como o dólar tem caído em agosto, se terminar o mês neste ritmo, o aumento para 62%, feito considerando os dados de julho, vai ser reduzido quando entrarem na conta os dados de agosto.

O déficit de transações correntes tem caído há quatro anos. Está hoje em US\$ 18 bilhões. Já foi de US\$ 33 bilhões, em 98. O custo da dívida mantém alto o déficit nominal, mas todos os três níveis de governo têm mantido superávit primário, mesmo num ano eleitoral. O esforço fiscal até aumentou este ano.

O IPC-A subiu em julho para 1,2%, mas o acumulado do ano caiu de 8% para 7,5% nos últimos quatro meses. Ontem, foi divulgado o IPC-A 15 de 1%, um número alto, mas já indicando tendência de queda do índice em agosto. De agora até o fim do ano, a previsão é de uma inflação que vai cair no acumulado dos 12 meses, mas há o temor de que a alta do dólar tenha impacto nos preços livres. A inflação de julho foi basicamente tarifas públicas. Dificilmente haverá nova rodada tão forte de reajuste das tarifas. Agora, há a pressão sobre os preços livres e, de novo, é travada a luta entre varejo e fornecedores para reduzir o repasse do aumento do dólar aos preços ao consumidor. Mas o que os especialistas acham é que, por causa da renda, dificilmente haverá consumo para sancionar os aumentos. Por isso, os preços livres não conseguirão repassar a alta do dólar.

Bem a economia brasileira não está, mas também não é nenhum fim do mundo.